

## 1. A Lusitânia Romana

A conquista da Hispânia não foi um processo rápido ou linear. Inicialmente os romanos não tinham sequer pretensões imperialistas para com este território, mas antes o propósito de destruir os exércitos cartagineses (FABIÃO, 1997c). Pode dizer-se que a Hispânia só no início do período imperial foi claramente submetida ao domínio romano, embora muitos dos territórios já apresentassem um elevado grau de romanização e desenvolvimento, principalmente em áreas em que os contactos com o mundo mediterrâneo existiam já desde o início do primeiro milénio a.C. (FABIÃO, 1997c). Os vestígios arqueológicos indicam que enquanto ainda se combatia o invasor romano, antes da conquista de alguns povoados indígenas do Alto e Baixo Alentejo, já se produziam vasos formalmente idênticos aos italianos.

No território hoje Algarvio os Cónios, povo que o habitava, eram aliados dos romanos e em muitos outros territórios as relações com os romanos eram aparentemente amigáveis. Aliás a essência do controlo da Península Ibérica, deveu-se em muitos dos casos, mais a pactos de amizade e de interesses mútuos do que a acções bélicas repressoras.

A necessidade de proteger estes territórios, aliada à vontade de ampliar territórios pela elite romana, levaria a que se tomasse uma política expansionista para este território.

Como já referido, este não foi um processo simples, mas no presente trabalho, interessa mais enquadrar a Lusitânia, um território já profundamente romanizado à altura em que o Martinhal se tornou um centro oleiro, principalmente no que diz respeito à sua dinâmica económica.

Esta é no entanto, uma época sobre a qual ainda não se tem um profundo conhecimento, nomeadamente da época de Vespasiano (69 dC.) até aos inícios do século V. Embora as fontes literárias desta época se refiram pouco a este território, e muitas das referências não sejam feitas de forma muito clara, as inscrições trouxeram alguma luz. Por outro lado, muitas das escavações realizadas até à década de 80, foram feitas sem grande método (contrastando com os critérios actuais) e nem sempre as monografias sobre as mesmas foram frequentes, assim como as escavações e prospecções não foram em número suficiente. Porém, a década de 90 e anos seguintes têm, finalmente, trazido à luz do dia, uma considerável quantidade de informação (OSLAND, 2006:7).

Sob a égide de Octaviano, ficou estabelecido com o Senado que a província da Ulterior seria dividida em duas: a Bética e a Lusitânia. A primeira controlada pelo Senado e a Lusitânia pelo Imperador (FABIÃO, 1997c: 220). Esta partilha e a respectiva delimitação dos novos territórios parece ter sido consumada na década de 20 do séc. I d.C., data sobre a qual ainda existe alguma controvérsia. Da mesma forma, também os limites da Lusitânia geram ainda alguma controvérsia, principalmente entre o Tejo e o Douro. A linha ocidental de fronteira entre a Bética e a Lusitânia era, segundo Plínio e Pompónio Mela o Guadiana. Esta hipótese é corroborada pelos testemunhos arqueológicos, que parecem confirmar esta hipótese pelo menos para parte dos territórios da margem esquerda deste rio (FABIÃO, 1997c:220).

A Lusitânia parecia, inicialmente, além dos territórios hoje espanhóis, abranger, a Norte, todos os territórios actualmente portugueses, mas em torno de 13 a.C., uma reorganização, atribuiu à província da Tarraconense os territórios a norte do Douro (FABIÃO, 1997c:221). Plínio o Velho refere aliás, que a partir do Douro começa a

Lusitânia (SCHULTEN, 1987:127). A Oriente a fronteira não é tão clara, sabendo-se que se estendia pelo menos até à região de Ávila. Cláudio Ptolomeu refere, em relação à Hispania Lusitana, que “(...)A costa meridional da Lusitânia, diz-se que é comum com a costa setentrional da Bética, e a costa setentrional está nos limites com a Tarraconense do tramo ocidental do Rio Douro, cuja desembocadura dá para o Mar Exterior(...). A Oriente o seu limite é também com a Tarraconense e une os mencionados pontos extremos junto ao rio *Ana* e junto ao rio *Dorio*.” (SCHULTEN, 1987:127).

As características mais marcantes da província da Lusitânia, pelo menos em termos geográficos, eram os principais rios, como o Tejo e o Sado, a costa e as planícies do Sul. No entanto, para além destas áreas, a Lusitânia era território de grandes contrastes. Estes contrastes ultrapassavam as características geográficas e geomorfológicas, sendo ainda mais óbvios a outros níveis. No litoral e Sul, já com antigas relações com o Mediterrâneo, encontrava-se uma área já bastante urbanizada. As divisões administrativas do primeiro século d.C. terão tido também o intuito de suavizar os contrastes existentes.

Os principais focos urbanísticos da província da Lusitânia estavam instalados na costa e junto aos principais rios, enquanto as regiões mais meridionais tinham as características ideais para a produção de azeite e preparados de peixe (OSLAND, 2006: 8).

A Lusitânia, além das suas características propícias à produção de azeite e *garum*, interessava aos romanos pela sua riqueza mineral, mencionada aliás por vários geógrafos antigos. Além do ouro do Tejo, como refere Plínio o Velho (SCHULTEN, 1987:127), os vestígios arqueológicos indicam também uma grande apreciação do

cobre e da prata por parte dos romanos, principalmente no Sul da província (OSLAND, 2006:11).

O potencial agrícola da região hoje alentejana também não terá passado despercebido, como comprova a instalação de grandes *villae* de cariz agrícola nesse território. Esta produção agrícola estava centrada muito particularmente na produção de vinho e azeite.

Finalmente, há que ter em conta que um das mais ricas e reconhecidas produções da província era o *garum*. Plínio o Velho refere aliás que o “*garo*” hispano era um apreciado e caro condimento (Plínio o Velho *in* SCHULTEN, 1987:93). Parecem ter existido inúmeros centros de produção destes preparados de peixe ao longo da costa actualmente portuguesa, alguns deles de grandes proporções, como é o caso de Tróia. Infelizmente, conhecemos pouco sobre muitos deles e quem sabe desconhecemos alguns, facto que carece de ser compensado com mais escavações, prospecções (nomeadamente subaquáticas) e publicação dos dados das escavações já efectuadas.

O enquadramento da província na dinâmica política e administrativa do império alterou a economia peninsular de forma incontornável, enquadrando-a numa estrutura complexa de relações económicas. Continuaram a existir, além das grandes redes supra-regionais de circulação de produtos os pequenos núcleos locais e regionais auto-suficientes, mais ou menos à margem desta grande rede comercial (FABIÃO, 1997c:236).

Ao que tudo indica, o ocidente da Península possuía um cariz mais importador que exportador. No entanto, os recursos mineiros e os recursos marinhos sustentaram uma importante e volumosa rede de exportações (FABIÃO, 1997c:238).

A este trabalho interessa mais discutir os vários aspectos do comércio dos preparados piscícolas, consistentemente comprovado pelos achados arqueológicos do que por referências nos textos clássicos.

A costa da Lusitânia era - e continua a ser – incontornavelmente propícia a este tipo de produção. Senão vejamos: a costa, além de considerável em tamanho, era rica em pescado e o clima favorável, caracterizado por “(...) estiagens prolongadas, propício à exploração do sal marinho” (FABIÃO, 1997c:240).

Por outro lado, esta actividade fomentava a necessidade de outras actividades complementares: a pesca, a construção naval (é de espantar a falta de testemunhos arqueológicos neste campo), e a exploração de salinas; e claro, a produção de cerâmica, nomeadamente de ânforas, para transportar o produto final (FABIÃO, 1997b:242).

Em volta do século II parece ter havido uma crise de produção nos vários centros industriais, tendo muitos deles sido inclusive abandonados, como o da casa dos bicos, que ao que tudo indica, terá sido abandonado nos finais do século II, inícios do III. Parece ter-se verificado um declínio na produção e trocas comerciais depois do final da dinastia dos Antoninos, esta crise só parece ter afectado parcialmente os principais centros produtores que devem ter produzido, pelo menos até ao século V (FABIÃO, 1997c:243), algo que ainda precisa de mais sólida fundamentação.

O vale do Tejo e do Sado parecem ter assentado sobre moldes semelhantes no que diz respeito às formas, embora se tenha verificado uma tendência para variar os tipos e as dimensões, reduzindo-as quanto mais tardia a época.

No território actualmente algarvio também se conhecem alguns núcleos semelhantes, no entanto, as informações permanecem mais escassas. Por um lado

porque a maioria dos centros produtores de preparados piscícolas e de ânforas foram identificados e alvo de intervenções arqueológicas, segundo metodologias não coincidentes com padrões actuais; por outro lado, o avanço do mar e a degradação da linha de costa têm rapidamente destruído muitos dos vestígios.

### **1.1. O Algarve na Lusitânia romana**

Desde a Antiguidade o Algarve tem estado, desde sempre, relacionado com a exploração dos recursos marinhos. Durante os primeiros tempos da conquista romana, este território tinha ligações com o mediterrâneo, nomeadamente no que diz respeito às características urbanísticas, com centros urbanos já com alguma importância, ou características propensas a esta (FABIÃO, 1994b:231). Este facto não é de espantar, já que se tratava de um território que, além de geograficamente não distante do Mediterrâneo, via facilitado pela sua localização, a importância dos contactos marítimos, ao invés dos terrestres (FABIÃO, 1994b:231).

Todo o litoral Algarvio estava, na época romana densamente povoado de estabelecimentos produtores de preparados de peixe (FABIÃO, 2004: 717; FABIÃO, 1997c:243; PONSICH, 1988:221). Como nos estuários do Tejo e Sado, também estes centros produtores deveriam ter as suas complementares olarias (fig.1; Anexo 4 e 5).



**Fig.1. Mapa do Algarve com distribuição aproximada de cetárias e olarias romanas.**

No entanto o número destes centros oleiros não parece corresponder à abundância de centros produtores de preparados de peixe (fig.1). Aliás a produção destes recipientes parece apenas tornar-se realmente importante no Baixo Império, desfasada aliás, do início da produção de preparados de peixe (FABIÃO, 2004:718). Este desfasamento pode dever-se, como defende por exemplo Carlos Fabião (1997:718), ao possível facto de o Algarve ter representado, nas primeiras fases do período imperial, uma periferia da Bética, tendo recorrido aos seus recipientes na exportação dos preparados de peixe que produzia, facto que parece ser corroborado pela presença significativa de ânforas e outros materiais cerâmicos de origem bética encontrados no território algarvio. Por outro lado, os poucos dados seguros, no que diz respeito às cronologias destes sítios, remete-nos para o Baixo Império.

Esta questão suscitaria contudo, uma discussão muito mais profunda e prolongada que não se coaduna com esta pequena contextualização e talvez os dados deste trabalho venham contribuir para uma melhor compreensão deste problema, tratado nas considerações finais. Apesar de a exploração dos recursos marinhos ser uma das mais importantes componentes económicas deste território, não terá sido a única.

No que diz respeito aos centros urbanos, estes distribuem-se, na zona do actual Sotavento, de forma regular, havendo uma quebra a partir da área de Quarteira até ao estuário do Aráde, caracterizada pelas suas escarpas com pequenas reentrâncias que correspondem às desembocaduras das linhas de água, onde não se registam grandes centros urbanos, sendo preferidas as zonas mais interiores, de maior aptidão agrícola (FABIÃO, 1994b:237). “Na extremidade oposta, particularmente na grande reentrância que se estende desde a foz do rio Aráde até ao amplo estuário (...) da Ribeira de Bensafrim ou rio de Lagos, regista-se uma inusitada concentração de núcleos relevantes de povoamento (...)” (FABIÃO, 1997c:237)

Apesar de todos os dados conhecidos, ainda é difícil traçar um cenário fidedigno do que seria a economia neste território sob o domínio romano. Ainda há certamente, muito por identificar e um extenso trabalho de enquadramento dos sítios já descobertos no que se refere a cronologias, funções e enquadramento paleoambiental (contexto que muito se tem alterado em consequência do avanço do mar e assoreamento de muitos rios algarvios, como o Aráde) (MANTAS, 1999:137).

Em primeiro lugar, as formas de povoamento enquadráveis no termo *villae*, não estão isentas de polémica e as opiniões dos investigadores não são pacíficas. Estas *villae* representavam um importante factor da economia romana. Por outro lado, o Algarve parece, no contexto da Lusitânia, tratar-se de uma realidade um pouco diferente do resto do território, nomeadamente da faixa litoral.

A discussão sobre estas *villae* do litoral inicia na questão das *villae* marítimas e das *villae* costeiras. Por um lado, há quem defenda, como Carlos Fabião (1994b:243) que, exceptuando alguns exemplos como Baralha 2, Cerro da Vila, Quinta do Marim, Loulé Velho, estas *villae* estavam preferencialmente implantadas em territórios de maior

aptidão agrícola, de classe A, não estando seguramente documentada uma associação entre as explorações agrárias e as estruturas de produção de preparados piscícolas e exploração marítima. Carlos Fabião, defende que os tanques encontrados representavam, muito provavelmente, uma produção e consumo local. Por seu turno, Vasco Gil Mantas (1999:145) e Jonathan Edmondson definem dois tipos de *villae*, uma marítima e uma costeira. A *villa* costeira “(...) limitava-se a ocupar uma posição perto da costa desenvolvendo as actividades económicas tradicionais da *villa* agrícola romana, a *villa* marítima situava-se sobre a costa ou muito perto dela e tinha, independentemente da prática de actividades agrícolas, eventualmente importantes (...), uma base económica directamente relacionada com o mar, reflectida na presença de instalações de preparação de produtos piscícolas, nomeadamente cetárias, que ultrapassem as necessidades do consumo local”. A verdade é que parece arriscado adoptar a definição de Vasco Mantas e Edmondson. Por um lado, esta tese carecia de um estudo sistemático que provasse, por um lado, a relação das cetárias com as *villae* (caso que não está comprovado por exemplo no Martinhal, e ao que tudo indica, nunca se comprovará por ausência efectiva dessa relação), por outro lado da confirmação de todos os tanques encontrados como *cetariae*, já que nem todos os tanques de revestimento com *opus signinum*, são comprovadamente *cetariae*, como o caso dos da Abicada (que a vários níveis parece ser invulgar) (FABIÃO, 1994b:243).

Para ambas as teses, surge um problema irremediável, a já referida precocidade da descoberta destas *villae* levou a que fossem escavadas sem o rigor dos métodos actuais, destruindo assim, juntamente com as alterações ambientais e evolução urbanística, informações que poderiam confirmar ou negar ambas as teses. Por outro lado, a definição do que é uma *villae*, ou do que se identifica como tal, não é pacífica,

nem, na maioria dos casos segura. O que foi identificado como uma *villa* por uns pode tratar-se de um “casal” para outros e os limites não estão bem definidos.”. Na maioria dos casos, a presença de mosaicos, fustes de colunas e outros elementos de carácter urbano, parece ser o elemento, embora não ideal, menos problemático para identificar sítios como *villae* romanas (FABIÃO, 1994B: 238). A acessibilidade das vias e comunicações é também outro aspecto a ser tido em conta, considerando que se as *villae* tinham como finalidade a comercialização dos seus excedentes.

A ausência de mais investigações leva, no entanto, a que se desconheça a realidade da economia agrícola neste território em período romano. Nada sabemos que possa negar a importância da “(...) clássica tríade mediterrânea de cereais, azeite e vinho” e dos frutos e produtos hortícolas (FABIÃO, 1994a:243).

Sobre a produção e comércio de cereais os dados são escassos ou nulos e sobre o azeite e o vinho apenas temos existência de algumas estruturas de lagar como na Abicada, Milreu ou Quinta do Marim e outros (FABIÃO, 1994b: 243 e 244). Existem, no entanto, várias evidências da produção destes dois produtos alimentares. Trabalhos recentes, da autoria de A. Carvalho testemunham e documentam a produção destes produtos em diversos locais (VIEGAS, 2009: 572), tendo sido referida por Jorge de Alarcão a dificuldade de distinguir estruturas de transformação de uva e azeitona (*idem*).

Em Milreu, existem testemunhos da produção de azeite e/ou vinho e azeite (ALARCÃO, 1988b e CARVALHO, 1999 *in* VIEGAS, 2009:572). Em S. João da Venda (Faro), há indicação de um lagar e de uma *cella vinaria* (ROCHA, 1985; ALARCÃO, 1988b e FABIÃO e ARRUDA, 1991 *in* VIEGAS, 2009:572), embora se tenha concluído em altura posterior que a estrutura seria parte integrante dos fornos (*idem*). A ocidente,

há notícia de lagares na Fonte Velha (Bensafrim, Lagos), Vidigal (Mexilhoeira Grande) e Vale do Marinho (Mexilhoeira Grande) (VIEGAS, 2009:572).

A ausência de dados para a produção de cereais pode indicar que não se faria aqui uma produção sistemática dos mesmos, pelo menos não em quantidades significativas.

No que diz respeito ao Azeite, este “é considerado de má qualidade desde há longa data, sendo a região tradicional importadora deste óleo vegetal” (FABIÃO, 1994:244) e os vestígios arqueológicos confirmam a importação deste produto da Bética e do Norte de África (FABIÃO, 1994b:244), os testemunhos conhecidos da sua produção, acima referidos, podem configurar, segundo C. Viegas (2009), uma produção dedicada ao auto-consumo, nas *villae*, e possível escoamento e produção de excedentes para as cidades mais próximas.

O vinho contudo, parece ter tido um papel menos secundário, celebrado e exportado em outros períodos posteriores (FABIÃO, 1994b:244). No entanto, não se conhecem fornos de produção de ânforas vinárias no território algarvio, sendo que todos os fornos de ânforas conhecidos produziam ânforas de transporte de preparados de peixe. Os contentores de vinho registados têm origem na Bética e na Península Itálica, do período tardo-republicano até ao séc. I (FABIÃO, 1994b:244).

O começo da produção de vinho, assim como do azeite, não é clara e os dados conhecidos são sobretudo válidos para o Vale do Tejo, com o exemplo do Povoado Fenício de Almaraz (VIEGAS, 2009:572). As fontes escritas, porém, parecem conter mais alguns dados, existindo, em época anterior à conquista da Península referências da existência do vinho, indicando o preço do vinho e a fertilidade da Lusitânia (VIEGAS, 2009:572 e 573).

Pode portanto, colocar-se a hipótese de também o sul da Lusitânia ter produzido estes produtos (vinho e azeite), desde época relativamente antiga. A ausência de ânforas lusitanas transportadoras destes produtos alimentares pode eventualmente ser justificada pela possibilidade de transporte em outros recipientes cerâmicos, que poderão ser encontrados nos conjuntos de cerâmica comum, infelizmente, muitas vezes negligenciados. Por outro lado, é conhecido o armazenamento do vinho em grandes recipientes não anfóricos, como os *dolia* e os tonéis e em outros mais pequenos como os potes e as *seria*, provavelmente adquiridos e transportados por pequenas distâncias até aos núcleos habitacionais (VIEGAS, 2009:573).

A fama dos produtos hortícolas e dos frutos em épocas posteriores, como no período islâmico, quando poetas enalteciam a doçura dos frutos algarvios, tem com certeza origem mais remota e poderá “(...) mergulhar as suas raízes na organização do espaço rural promovida pelos romanos.” (FABIÃO, 1994b:244). Por outro lado, a existência de barragens favorecia as culturas de regadio (*idem*).

Pode dizer-se finalmente, que, durante o período romano o Algarve exportava e explorava intensamente vários recursos obtendo uma sólida circulação de produtos, resultando tanto em importações como exportações. No entanto, todas as coisas da terra, os preparados de peixe, os linhos, os tecidos, que se possam ter exportado ou importado, não deixam vestígios arqueológicos – com a excepção das ânforas que indirectamente indicam a presença de azeite, vinho ou *garum* – pelo que só se pode supor, sem certezas no que consistiria este comércio.

A prosperidade comercial desta área era garantida pela complementaridade dos recursos: “Na costa, centros de exploração de recursos marinhos ombreavam com sumptuosas *villae*, instaladas em manchas de bons solos agrícolas. Provavelmente, os

mesmos proprietários controlariam uns e outros; é admissível que a mão-de-obra mobilizada para umas e outras actividades fosse, em boa parte, construída pelos mesmos homens.” (FABIÃO, 1994b:247). Esta mão-de-obra e a sua utilização durante as várias estações ao longo do ano estavam directamente relacionadas com esta economia marítima, agrícola ou mista (MANTAS, 1999:149). Embora provavelmente, sítios de maior envergadura, como a Boca do Rio, sobrevivessem com uma mão-de-obra mais especializada e permanente (*idem*). O Barrocal e a Serra complementariam esta dinâmica costeira com outros tantos produtos (*idem*). Este modelo económico e de povoamento articulava-se naturalmente, pelas suas características e localização (já referidas), com a Bética e a Mauritânia Tingitana, também parte integrante da *diocesis Hispaniarum* (FABIÃO, 1994b:247). No caso da Bética esta foi sem dúvida, durante muito tempo, responsável pelo abastecimento de uva (*defrutum*) e azeite, originários do vale do Guadalquivir e da área gaditana, e a sua proximidade com o sul da Lusitânia justifica, com certeza, a grande quantidade de produtos dali originários, identificados nesse território (VIEGAS, 2009:583). Estes dados não invalidam que, principalmente a partir do Baixo Império, se tenham começado a produzir estes produtos, de forma sistemática no território sul da Lusitânia, no entanto, a influência da Bética, mantinha-se – facto comprovado pela presença de produtos béticos ainda nesta fase – mas talvez a continuidade na busca destes produtos se possa justificar, mais do que pela necessidade, por um consumo diferenciado, por parte de elites locais, por essa altura já bastante solidificadas, “(...) que encontraram nestes produtos uma forma de representação social através da ostentação (...)” (VIEGAS, 2009:584).

Para o Baixo-Império – período que para este estudo mais interessa – os dados são, em comparação com períodos anteriores, bem mais escassos, tanto no que diz

respeito à epigrafia, como aos testemunhos escritos. Este facto vem sublinhar a importância de um maior investimento a nível da arqueologia, fonte essencial, pela falta de outras, para o conhecimento deste período.